
OS CAMINHOS DA EDUCAÇÃO: EDUCAÇÃO POPULAR, PRÁTICAS CULTURAIS E A CIDADE

Gabriel Barth da Silva¹

Resumo: O presente trabalho pretende debater como um dos maiores potenciais de aprendizado no cotidiano urbano pode se configurar a partir de perceber as oportunidades de intervenção nas trajetórias cotidianas dos cidadãos. Considerando a importância do caminhar no que envolve o dia-a-dia dos trabalhadores em espaços urbanos, ocorrendo, por exemplo, em decorrência do uso do transporte público, torna-se essencial refletir acerca das potencialidades de intervenção nesses contextos a partir de práticas culturais, buscando democratização no acesso sobre uma educação que vai além dos limites institucionalizados. Portanto, após realizar uma revisão de literatura narrativa, apoiada por uma análise documental de notícias municipais curitibanas, sobre práticas de caminhada e processos educativos com enfoque no contexto urbano, é proposto refletir, partindo do exemplo da cidade de Curitiba-PR, como políticas municipais podem vir a afetar as possibilidades de promoção de ações culturais, que possuem como resultado uma educação popular, e a importância da correlação entre um pensar crítico sobre o espaço, a cultura e a educação. Com o trabalho, é possível perceber a relevância de olhar de forma descentralizada das instituições formas nas cidades urbanas brasileiras, permitindo complexificar essas práticas a partir da educação não-formal vinculada com o próprio fazer cultural que advém da realidade local.

Palavras-chave: Caminhar; Educação Popular; Práticas Culturais; Espaço Público; Cidade.

THE WALKING EDUCATION: POPULAR EDUCATION, CULTURAL PRACTICES AND THE CITY

Abstract: This essay intends to discuss how one of the greatest learning potentials in urban daily life can be configured from perceiving the opportunities for intervention in the daily trajectories of citizens. Considering the importance of walking in what involves the daily lives of workers in urban spaces, occurring, for example, as a result of the use of public transport, it is essential to reflect on the potential for intervention in these contexts from cultural practices, seeking democratization of access to an education that goes beyond institutionalized limits. Therefore, after carrying out a review of narrative literature, supported by a documentary analysis of municipal news in Curitiba, on walking practices and educational processes with a focus on the urban context, it is proposed to reflect, based on the example of the city of Curitiba-PR, how municipal policies can affect the possibilities of promoting cultural actions, which result in popular education, and the importance of the correlation between critical thinking about the space, culture and education. With the work, it is possible to perceive the relevance of looking in a decentralized way of the formal institutions in Brazilian urban cities, allowing to make these practices more complex from the non-formal education linked to the cultural doing itself that comes from the local reality.

Keywords: Walking; Popular Education; Cultural Practices; Public Place; City.

¹ Mestre em Sociologia pela Universidade do Porto, Portugal. E-mail: gabrielbarths@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6893-211X>

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho, pretendendo estruturar uma leitura crítica acerca de como o ato de caminhar cotidiano em contextos urbanos pode ser instrumentalizado para a promoção de práticas educativas não-formais, realiza-se a partir de uma revisão de literatura narrativa, justificada por ser um estudo qualitativo de caráter exploratório (CRESWELL; CRESWELL, 2017), apoiado por uma análise documental (CEHINEL *et al.*, 2016) que foca-se em torno de notícias acerca das práticas culturais em contexto urbano de Curitiba para compreender o contexto local no qual caminhar se dá. Os principais alicerces teóricos de Williams (2000, 2001, 2007) e Wagner (2018).

O caminhar, como Augusti (2020) ressalta, é um movimento corporal que se dá sem planejamentos ou estudos, constituindo-se apenas pela observação a partir do contato social, gerando-se em tentativas e erros. Nesse contexto, o caminhar não é constituído a partir de uma técnica moderna, enquanto exercício físico, como exatidão e previsibilidade com um objetivo previamente delimitado acerca da transformação corporal, com uma modulação de comportamento visando atingir o objetivo. O caminhar é identificado, principalmente, enquanto um sujeito que conduz seus passos e os aperfeiçoa cotidianamente, promovendo espontaneidade e um modo de apropriação do mundo, que o reconhece em suas percepções e sensações no próprio exercício do caminhar.

Gros (2014) irá reiterar como o caminhar explora a presença, em que o sujeito está no mundo em relação aos outros e consigo mesmo, permitindo contato e emancipação do tempo-espço. No movimento entre as pernas, de forma rítmica, há uma exploração identitária profunda. Porém, o autor concebe esse movimento apenas nos cenários em que é desconectado do cotidiano urbano, de forma fragmentada, e sem a possibilidade do caminhar desconectado de propósito, que gera essa formação de ideias profundas formuladas pelo sujeito.

Considerando o estudo de Teixeira, Nakamura e Kokubun (2014) acerca da prática de caminhada no lazer e no deslocamento em Rio Claro – SP, que revela como pessoas de classes econômicas menores apresentaram maior chance de usar a caminhada enquanto deslocamento, enquanto sujeitos de classe social maiores apresentaram maiores chances de caminhar no domínio do lazer, busca-se questionar a proposta delimitada por Gros (2014) acerca do modo de caminhar e suas potencialidades, considerando o contexto limitado que a prática é revestida nessa perspectiva.

Busca-se, portanto, pensar como podem ser promovidos elementos para que a caminhada no contexto urbano, por constituir um modo de vivência cotidiana de classes socioeconômicas mais baixas, possa tornar-se um ambiente de reflexão sobre a realidade, aprendizado de elementos constitutivos da estrutura social e de transformação da vida cotidiana. Ou seja, um contexto de educação de caráter não-formal, enquanto intencionalidade de evocar qualidades e/ou objetivos em espaços não escolares que formam o indivíduo e o politiza enquanto cidadão, organizando com objetivos comunitários, e também um contexto de educação popular como proposto na perspectiva

de Freire (2011), no qual há uma integração e participação dos cidadãos na construção de seu próprio contexto social enquanto sujeito ativo, capaz de dialogar e estabelecer.

Esse olhar sobre os processos educacionais ecoam a proposta de Freire (2014) enquanto um processo que recria, em um contato com os sujeitos que compõem a realidade cotidiana, a cultura e a realidade do dia-a-dia em um processo dialético, recuperando a dimensão humana na estrutura social. Evita-se também, nessa proposta, o uso da instituição educacional enquanto formação de consenso social, como apresenta Mészáros (2015). Nessa realidade, recupera-se a cidade enquanto um contexto de educação e, por consequência, enquanto um currículo educacional, como apresentam Campos, Carvalho e Baptista (2021), em que as potencialidades da cidade são centrais na formação educacional. Portanto, toda essa complexidade pode ser percebida e analisada acerca dos elementos que compõem e atravessam o caminhar no cotidiano urbano, e como esse espaço permite possibilidades de emancipação social a partir de sua realidade.

Partindo de um debate acerca da diferenciação entre espaço urbano e espaço público (ALVES, 2014; MENDONÇA, 2007; GOMES, 2018; LEITE, 2008; PÁRAMO, 2010) e sobre o que constituem e como são atuadas as práticas culturais (WILLIAMS, 2000, 2001, 2007; WAGNER, 2018), é refletido como essas práticas proporcionam a transformação de um espaço urbano em espaço público, fenômeno necessário para a promoção de uma educação popular na cidade. Portanto, o presente ensaio, após inicialmente debater e formular um panorama acerca do caminhar no espaço urbano, busca situar esse fenômeno em correlação com a necessidade de políticas culturais inclusivas para investir esse caminhar de conteúdos que proporcionem ativamente uma reflexão e vivência revestida de ferramentas que permitam recuperar a dimensão humana na estrutura social urbana. Para situar esse debate, será ilustrado sobre como práticas culturais podem ser suprimidas nas metrópoles, se apropriando do caso de Curitiba-PR como exemplo, para, por fim, defender em conjunto a necessidade da inserção de práticas culturais enquanto ferramentas de educação popular nas ruas da cidade, permitindo investir as caminhadas dos trabalhadores enquanto uma prática emancipatória.

2 O CAMINHAR NO ESPAÇO URBANO

O caminhar em um contexto de cidade urbanizada atravessa diversas razões, princípios e padrões. Como é apresentado por Larranaga *et al.* (2021), por exemplo, ao analisar os padrões de caminhadas em decorrências de razões de transporte público, diversas motivações podem ser concebidas para justificar essa forma de mobilidade urbana, como um caminhar para buscar vias mais seguras, ou para diminuir tempo de ônibus, entre outras propostas. Considerando os resultados de Silveira (2017) acerca do uso de transporte público em Curitiba-PR, por exemplo, pode-se perceber como a maioria dos usuários cotidianos de ônibus se identificavam nas classes C, D e E, constituindo no total 79,3% dos usuários e 1047 participantes do estudo, reiterando um uso principalmente da

classe trabalhadora que, portanto, também constituem sujeitos que possuem no seu cotidiano a atividade de caminhada no contexto urbano.

O exemplo disposto permite perceber como o caminhar urbano, assim como defende Certeau (2014), enuncia algo dentro do sistema urbano tal qual a língua está para os enunciados, pois há uma apropriação do sujeito do sistema topográfico, gerando uma realização espacial com uma relação pragmática, com suas razões e propósitos. Portanto, compreender e analisar o cotidiano é central ao perceber os processos presentemente explorados, pois considerando os caminhos realizados pelos pedestres pode ser possível associar razões e comunicações que derivam dessa vivência urbana, além de constituir uma repetição do dia-a-dia que permite uma intervenção que insira essas diversas classes sociais que compõem a realidade urbana em dinâmicas educativas que advém da própria realidade popular.

O caminhar na cidade aproxima um reconhecimento de outras culturas e modos de existência que compõem essa realidade, como Fortuna (2018) apresenta, gerando relações inesperadas com formas de existência e apropriações urbanas diversas, seja por solidariedades espontâneas ou o olhar sobre desigualdades sociais nas ruas. Essa constatação reitera as conclusões de Fernandes (2016), que percebe como um olhar etnográfico no decorrer de caminhadas em contextos urbanos permitem reconhecer diferentes atores/personagens que também vivenciam o mesmo espaço, realizando-se para o sujeito sua condição coletiva, além da formulação de novas interrogações sobre sentidos e lógicas que atravessam determinado território, compreendido a partir do trabalho de Santos (2007):

Cada homem vale pelo lugar onde está: o seu valor como produtor, consumidor, cidadão depende de sua localização no território. Seu valor vai mudando, incessantemente, para melhor ou para pior, em função das diferenças de acessibilidade (tempo, frequência, preço), independentes de sua própria condição. Pessoas com as mesmas virtualidades, a mesma formação, até mesmo o mesmo salário têm valor diferente segundo o lugar em que vivem: as oportunidades não são as mesmas. Por isso, a possibilidade de ser mais, ou menos, cidadão depende, em larga proporção, do ponto do território onde se está. Enquanto *um lugar* vem a ser condição de sua pobreza, *um outro lugar* poderia, no mesmo momento histórico, facilitar o acesso àqueles bens e serviços que lhe são teoricamente devidos, mas que, de fato, lhe faltam (SANTOS, 2007, p. 197).

Portanto, é possível perceber como o modo de caminhar e perceber a cidade recupera a ideia de deriva, como Lima (2019) aponta, que representa uma forma de incursão capaz de questionar e modificar modos de produção da cidade, ressaltando a importância de com quem se interage nesse contexto, contemplando a rapidez das transformações da realidade urbana. Reflete-se, nessa ação, a capacidade de reflexão crítica que advém do posicionamento do sujeito em seus locais na cidade, aprofundando seu conhecimento e complexificando seu olhar sobre as próprias características de seu espaço.

Considerando essas qualidades que revestem o caminhar no contexto urbano, ressalta-se a importância das condições para a promoção de caminhabilidade², como Schlindwein, Bugs e Schmitz (2017) defendem. Além disso, como Faria (2016, p.145) demonstra, “nas Regiões Metropolitanas no Brasil, a despeito de um grande contingente de pedestres, as políticas públicas direcionadas à melhoria da mobilidade subestimam o ato de andar a pé”. Porém, o presente trabalho pretende deparar o olhar acerca de legislações municipais sobre práticas culturais em contextos urbanos para dinamizar com o paradigma teórico em torno do caminhar na cidade apresentado no momento, refletindo se esse espaço se configura politicamente enquanto um espaço público, que possa ser apropriado pelos seus cidadãos que necessitam das ruas para a realização do seu cotidiano no território. Considerando essa dinâmica, a seguir será apresentado o debate acerca do espaço urbano, espaço público e a importância das práticas culturais acerca do tópico, para então dinamizar esses aspectos na realidade curitibana.

3 O ESPAÇO URBANO, O ESPAÇO PÚBLICO E AS PRÁTICAS CULTURAIS

O espaço público estabelece, necessariamente, uma relação com o espaço urbano, mas não atua enquanto um sinônimo referente ao mesmo território. Gomes (2018) irá perceber como o espaço urbano pode ser atravessado e definido a partir de investimentos privados, em que uma rua pode ter parte de sua manifestação física privada para um uso comercial, gerando uma realidade em que diversos empreendimentos disputam um mesmo território. No caso do espaço público, a pessoa pública é o agente central nessa dinâmica, em que sua atuação no espaço urbano se realiza em um contato com outros entes e sujeitos, constelando diversas práticas, interesses e qualidades em seus respectivos direitos e deveres. Como percebe Alves (2014), além do olhar morfológico sobre ruas e calçadas, deve-se atentar para uma percepção antropológica e de apropriação pública para debater sobre a formação de espaços públicos no Brasil.

Como Leite (2008) busca caracterizar, o aspecto interacional no espaço urbano é central para ele poder transformar-se em público. A via contrária também é importante nesse processo, pois um esvaziamento das culturas públicas impede a ocorrência de intimidade. Portanto, um mesmo território pode ser manifestado e compreendido de diversas maneiras a partir de como ele é percebido, vivenciado e apropriado pela população que nele reside e estabelece o seu cotidiano.

Mendonça (2007) irá defender como as cidades urbanas atualmente são continuamente atravessadas e moduladas em prol de mecanismos do capitalismo tardio, estabelecendo uma lógica de consumo que atravessa o cotidiano de seus habitantes. Nessa lógica, “a fragilização do Estado e o empobrecimento dos sistemas simbólicos, bem como a polarização social e a retração das formas de

² De acordo com os autores, a caminhabilidade “tem foco não só em elementos físicos, mas também em atributos do uso do solo, da política ou da gestão urbana que contribuem para valorizar os espaços públicos, a saúde física e mental dos cidadãos e as relações sociais e econômicas na escala da rua e do bairro” (SCHLINDWEIN, BUGS e SCHMITZ, 2017, p. 46).

vida coletiva e a instrumentalização dos espaços de ação e a redução do valor do público” (2007, p. 485). Nesse contexto, impede-se a formulação de um espaço público, que “pressupõe dinâmicas de inclusão, notadamente a provisão de meios para assegurar que possamos participar da vida urbana como sujeitos sociais capazes” (2007, p. 489).

Uma das formas de transformação de um espaço urbano em espaço público pode se dar a partir das práticas culturais. A cultura, como definida por Williams (2007), pode ser pensada de forma exclusivamente material, exclusivamente simbólica, ou com seus significados sobrepostos. Partindo dessa sobreposição, pode se perceber as práticas culturais enquanto algo gerado a partir de convenções históricas e sociais, que geram práticas e ideias efetivas em um consenso com essas convenções de forças sociais (WILLIAMS, 2000).

Nesse contexto, manifestações sociais como a arte são definidas por Williams (2001) como parte da sociedade, que simbolizam ela não de uma forma externa resultante de processos econômicos-políticos, mas enquanto um reflexo de fatos sociais que compõem a realidade na qual ela está sendo criada, projetando os elementos que organizam sua estrutura social. Esse olhar permite aproximar essa abordagem com o estudo de Wagner (2018), que percebe as criações artísticas como manifestações da própria cultura por um olhar de um outro, que ainda está inserido nela e a exprime, permitindo gerar aprendizado.

Indo além nessa linha, e conectando com o objeto de estudo do presente trabalho, Wagner (2018) irá explorar como a própria cidade é revestida de cultura, mas que se torna ambígua em si. Com seus modos de fazer e suas trocas simbólicas, pensar a cidade é necessariamente, também, pensar sua cultura. Considerando as vivências das classes populares na cidade e suas potencialidades, como previamente foi elaborado, reitera-se a importância da formulação de práticas culturais populares, como um dos sentidos possíveis apresentados por Williams (2007), em que sejam práticas que advenham da própria realidade e vivência popular. Nesse contexto, práticas culturais, enquanto expressões da estrutura social, podem ser instrumentalizadas a partir de manifestações artísticas, históricas ou identitárias em suas diversas fórmulas. Com essas manifestações, pode-se tornar possível uma ressignificação de um espaço urbano em espaço público, garantindo um contato de uma pluralidade identitária e existencial da cidade para sua reflexão e transformação no cotidiano.

Portanto, partindo das potencialidades que o caminhar adquire na cidade, seja como ferramenta de reflexão própria do indivíduo, como sua forma de marcar o território na cidade e pela relação de classe que se constela na realidade urbana cotidiana, é de imensa importância refletir como se constitui o contexto em que esse caminhar se dá pois, buscando contrapor a premissa de Gros (2014) acerca da necessidade do caminhar estar dissociado do contexto do dia-a-dia na cidade para adquirir suas potencialidades reflexivas, o presente trabalho pauta-se na premissa de que, havendo um contexto público, de contato de pluralidades na cidade de forma democrática, o caminhar pode

atuar enquanto uma ferramenta de aprendizado sobre a realidade social. Retoma-se o olhar previamente proposto por Freire (2011) para pensar como o caminhar pode atuar, portanto, enquanto forma de inserir os cidadãos na própria constituição da sociedade, com reflexões críticas que advém de seus pares, engajando a população com seu próprio potencial criativo e cultural em um diálogo dialético de ouvir e ver a si cotidianamente nessas práticas de seus membros.

Porém, esses elementos não necessariamente apresentam-se na realidade das metrópoles brasileiras, gerando impedimentos para a própria população promover práticas culturais que pudessem transformar o espaço urbano em um espaço público, com seu potencial de educação cultural no decorrer das caminhadas de seus moradores. Parte-se da exemplificação do caso de Curitiba para, posteriormente, continuar o debate acerca da necessidade de um olhar transdisciplinar para análise e defesa da formulação de espaços verdadeiramente públicos nas cidades, permitindo o exercício de cidadania.

4 UM CAMINHAR URBANO, MAS NÃO PÚBLICO: O CASO DE CURITIBA

Considerando as definições prévias sobre espaço urbano e espaço público, e também considerando o uso de transportes públicos em Curitiba predominante pelas classes C, D e E (SILVEIRA, 2017), torna-se importante perceber como esses espaços são relacionados com práticas culturais que permitam, no contexto de caminhada, a vivência de atividades que possam vir a constituir uma prática de educação popular na cidade. Porém, ao analisar a partir de relatos jornalísticos como esse cenário se constitui na realidade, é possível perceber como há uma forte repressão por parte do município no que envolve as manifestações populares culturais.

Esse evento pode ser identificado quando, ao passo que há relatos da necessidade de apresentações nas ruas da cidade como forma de democratização no acesso sobre práticas culturais, como defende o músico Plá (CALDAS, 2019), o mesmo músico denuncia em reportagem ao Bem Paraná, 04 de Julho de 2019, a proibição de tocar em um calçadão na rua XV no centro da cidade, mesma rua que Aníbal (2015) apresenta como um espaço em que diversos ritmos musicais se constelam. A perseguição sobre artistas de rua em Curitiba pode ser traçada desde 2017, por exemplo, com notícias como as apresentadas por Raicoski (2017), que relata o caso de músicos presos enquanto tocavam nas ruas da cidade.

Porém, é possível perceber como a partir do Decreto 1422, publicado em dezembro de 2018, que criou uma “comissão de conciliação” para “facilitar a gestão e fiscalização dos artistas de rua” da cidade, sendo composta representantes da esfera pública que possuem como objetivo, ao receber reclamações, “identificar os responsáveis e ouvir os envolvidos, objetivando compor os diversos interesses em conflito, valendo-se, quando necessário, do auxílio de outros órgãos e entidades da Administração”, houve diversos relatos de perseguição e medidas antidemocráticas no que se refere

às práticas culturais no município. Matérias como de Azevedo (2019), Freitas e Kowalski (2019) e em relatos como da redação do jornal Bem Paraná e da Gazeta do Povo em 31 de Julho de 2019 explicitam um contexto de perseguição sobre artistas que buscam manifestar práticas musicais no espaço urbano.

Ao dinamizar essas ocorrências com notícias como da Rede Paranaense de Comunicação (RPC) Curitiba, de 01 de Maio de 2020, que relatam apresentações de policiais militares nas ruas durante a pandemia do Covid-19 e de publicações oficiais da prefeitura como “Música clássica com sotaque paranaense da Rua da Cidadania do Boa Vista” no portal oficial da Prefeitura, no dia 10 de Novembro de 2021, permite visualizar como as práticas culturais são percebidas e configuradas no contexto do município. Ao passo que as práticas de origem da cultura popular, que advém da realidade urbana, são reprimidas sistematicamente, há uma promoção de uma outra forma de cultura institucionalizada no município, sendo ela, por excelência, quem detém o direito de apresentações no espaço urbano. Impede-se a possibilidade de sequer haver um movimento próprio das camadas populares, de quem experiência cotidianamente o espaço urbano, em torná-lo público, impedindo, por consequência, que a prática do caminhar no dia-a-dia seja compartilhado com manifestações culturais plurais e reflexivas, que por sua vez impede a realização do potencial de educação popular no território.

Considerando investigações acerca do imaginário que os gestores de Curitiba possuem sobre a cidade, como apresenta Ferreira (2010), em que há uma perspectiva histórica local em que os problemas da cidade devem ser resolvidos a partir de uma perspectiva técnica por profissionais, e não em conjunto com a população, fato ressaltado por Souza (2001), é possível identificar as motivações que gestam um ambiente hostil para manifestações populares no município. Partindo de um olhar higienista apoiado pelo empresariado do turismo e dos grandes nomes do comércio em associação com a prefeitura (MOURA, 2007), disputar o direito sobre as práticas culturais torna-se central para assegurar uma cidadania básica que destoe do imaginário criado artificialmente por quem detém maior capital no território.

5 UM CAMINHAR CONTEXTUALIZADO DE PRÁTICAS CULTURAIS E EDUCAÇÃO

As práticas culturais no espaço urbano, portanto, devem ser defendidas de forma central no que diz respeito aos setores tanto culturais quanto de planejamento urbano e de educação. Seja no repensar o Decreto 1422 publicado em dezembro de 2018 pela Prefeitura Municipal de Curitiba, até na promoção de políticas públicas que não só permitam, mas incentivem as práticas culturais em horários de maior movimentação da classe trabalhadora, que se utiliza das ruas do centro da cidade em seus atos de caminhada necessariamente em decorrência do perfil do usuário de transporte público da capital, o cotidiano da cidade pode ser repensado em favor da promoção de práticas educacionais

não-formais e de caráter popular. Permite-se, nesse processo, a própria população em manifestar-se sobre a estrutura social na qual estão inseridos, evento necessário para uma leitura crítica e emancipatória da realidade, não limitando seu acesso sobre quais práticas são avaliadas pela própria Prefeitura como dignas da qualidade de Cultura, ressaltando a potencialidade da própria população promover seus modos reflexivos sobre a realidade do dia-a-dia no local.

O caso de Curitiba permite perceber como diversas instâncias de políticas municipais impedem essa realização do espaço urbano em espaço público, impedindo que as diversas realidades que coexistem no território municipal possam se manifestar e dialogar em um contexto livre. Partindo desse aspecto, o caminhar no cotidiano da cidade, ponto central da vivência trabalhadora local, perde uma forte ferramenta de reflexão sobre a realidade fora de instituições de ensino, impedindo uma fonte de aprendizado possível cotidiana.

Como previamente foi descrito, existem qualidades próprias do caminhar, junto com as próprias marcas que os cidadãos inscrevem em seus locais no decorrer de seu cotidiano, que podem ser pensados pela própria população para promoção do compartilhamento de saberes e perspectivas do local pela via das apresentações culturais em suas diversas instâncias e formas. Por essa via, é possível refletir sobre a hipótese de desalienar um cotidiano que pode ser primordialmente opressivo no dia-a-dia dos trabalhadores nas metrópoles. Considerando esses fatores, torna-se ainda mais emergencial e importante refletir acerca das vigilâncias urbanas realizadas pelo aparato de violência do Estado e de qual filtro é utilizado acerca da imagem que as instâncias municipais querem representar o espaço urbano e de quem ele materialmente pertence nas suas apropriações diárias.

O presente trabalho, portanto, parte de uma leitura transdisciplinar para buscar formas de inserção de mecanismos de educação e aprendizagem no cotidiano do trabalhador urbano, ao perceber como esse potencial atualmente é suprimido em decorrências de políticas municipais e por seu aparelho de controle das práticas diárias dos cidadãos. Repensar políticas já instauradas além de promover novas propostas que busquem um empoderamento da população local em sua própria capacidade de produção de cultura e de reflexividade torna-se emergencial, aprofundando a reflexividade que o caminhar dispõe. Incentivam-se maiores debates e investigações acerca de como o caminhar pode ser apropriado e vivenciado de forma reflexiva pela própria população, através de um contato com outras manifestações das culturas populares, para promover formas de educação que se insiram nas demandas e nas necessidades próprias da realidade urbana.

REFERÊNCIAS

ALVES, Manoel Rodrigues. Transformações culturais e contradições urbanas do espaço público contemporâneo. **Revista Cidades**, 2014, 11.19.

ANÍBAL, Felipe. Os ritmos do mundo se encontram na Rua XV. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 20 de Março de 2015. Vida Em Cidadania. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/os-ritmos-do-mundo-se-encontram-na-rua-xv-2km474pp28o82d2uz35m2cilh/>. Acesso em: 10 abril 2022.

AUGUSTI, Marcelo Roberto Andrade. Andar a pé: impactos da técnica moderna sobre a espontaneidade da prática da caminhada. **Temporalidades**, 2020, 12.2: 299-319.

AZEVEDO, Francielly. Artistas de rua reclamam que estão sendo cerceados em Curitiba. **Paraná Portal**. 22 de Outubro de 2019. Disponível em: <https://paranaportal.uol.com.br/cidades/artistas-de-rua-cerceados-em-curitiba>. Acesso em: 10 abril 2022.

CALDAS, Ana Carolina. “A rua é o palco mais democrático que tem”, diz Plá, músico de Curitiba. **Brasil de Fato**, Curitiba, 20 de Setembro de 2019. Cultura. Disponível em: <https://www.brasildefatopr.com.br/2019/09/20/a-rua-e-o-palco-mais-democratico-que-tem-diz-pla-musico-de-curitiba>. Acesso em: 10 abril 2022.

CAMPOS, Tulio; CARVALHO, Levindo Diniz; BAPTISTA, Mônica Correia. Educação infantil, currículo e cidade: crianças em espaços culturais de Belo Horizonte. **Debates em Educação**, [S. l.], v. 13, n. 33, p. 355–376, 2021.

CECHINEL, Andre *et al.* Estudo/análise documental: uma revisão teórica e metodológica. **Revista Criar Educação**, 5.1, 2016.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Vozes, 2014.

CRESWELL, John W.; CRESWELL, J. David. **Research design: Qualitative, quantitative, and mixed methods approaches**. Thousand Oaks, CA: Sage publications, 2017.

CURITIBA. DECRETO Nº 1422. Dispõe sobre o regulamento destinado à apresentação de artistas de rua nos logradouros públicos do Município de Curitiba. **Diário oficial eletrônico**, Atos do Município de Curitiba, Curitiba, PR, 2018.

FARIA, Helena Mendonça. Andar a pé: Mobilidade urbana e sustentabilidade nas regiões metropolitanas brasileiras. **RUA**, v. 22, n. 1, p. 127-150, 2016.

FERNANDES, Bruno Guilhermano. Caminhada etnográfica em itinerários urbanos. A etnografia de rua em deslocamentos na cidade. **Ponto Urbe. Revista do núcleo de antropologia urbana da USP**, n. 18, 2016.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2014.

FREITAS, Franklin de; KOWALSKI, Rodolfo Luis. Artistas de rua voltam a ser reprimidos na Rua XV de Curitiba. **Bem Paraná**. 10 de Setembro de 2019. Notícias. Disponível em: <https://www.bemparana.com.br/noticia/artistas-de-rua-voltam-a-ser-reprimidos-na-rua-xv-de-curitiba>. Acesso em: 10 abril 2022.

FERREIRA, Valéria Milena Röhrich. Colorindo o passado curitibano: relações entre cidade, escola e currículo. **História Revista**, 2010, 15.2: 421-453.

FORTUNA, Carlos. Caminhar urbano e vivências imprevistas. **Revista Brasileira de Sociologia-RBS**, v. 6, n. 13, 2018.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. **Educação não formal e cultura política: impactos do associativismo no Terceiro Setor**. São Paulo: Cortez, 1999.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. Espaço público, espaços públicos. **GEOgraphia**, 2018, 20.44: 115-119.

GROS, Frédéric. **A philosophy of walking**. Verso Trade, 2014.

LARRANAGA, Ana Margarita *et al.* Disposição dos usuários do transporte público a caminhar para obter um serviço mais frequente: aplicação de best-worst e preferência declarada. **TRANSPORTES**, v. 29, n. 3, 2021.

LEITE, Rogério Proença. Localizando o espaço público: Gentrification e cultura urbana. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 2008, 83: 35-54.

LIMA, Carlos Henrique Magalhães de. DERIVA, DELÍRIO, DEVANEIO: MODOS DE CAMINHAR E PERCEBER A CIDADE. **PIXO-Revista de Arquitetura, Cidade e Contemporaneidade**, v. 3, n. 11, 2019.

MENDONÇA, Eneida Maria Souza. Apropriações do espaço público: alguns conceitos. **Estudos e pesquisas em Psicologia**, 2007, 7.2: 296-306.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. Boitempo editorial, 2015.

MOURA, Rosa. O turismo no projeto de internacionalização da imagem de Curitiba. **Turismo-Visão e Ação**, 2007, 9.3: 341-357.

MÚSICA clássica com sotaque paranaense da Rua da Cidadania do Boa Vista. **Prefeitura de Curitiba**. 10 de Novembro de 2021. Disponível em: <https://www.curitiba.pr.gov.br/noticias/musica-classica-com-sotaque-paranaense-da-rua-da-cidadania-do-boa-vista/61404>. Acesso em: 10 abril 2022.

MÚSICO Plá denuncia proibição de tocar no Calçadão da Rua XV de Novembro. **Bem Paraná**. 04 de Julho de 2019. Disponível em: <https://www.bemparana.com.br/noticia/musico-pla-denuncia-proibicao-de-tocar-no-calcadao-da-rua-xv-de-novembro>. Acesso em: 10 abril 2022.

MÚSICOS são detidos por nove policiais após reclamação de dentista na Rua XV. **Bem Paraná**. 31 de Julho de 2019. Disponível em: <https://www.bemparana.com.br/noticia/musicos-sao-detidos-por-nove-policiais-apos-reclamacao-de-dentista-na-rua-xv>. Acesso em: 10 abril 2022.

PM desloca 3 viaturas para deter 2 músicos por som alto no Centro de Curitiba. **Gazeta do Povo**. 31 de Julho de 2019. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/curitiba/musicos-presos-rua-xv-curitiba-31-julho-2019/>. Acesso em: 10 abril 2022.

POLICIAIS militares percorrem ruas de Curitiba para levar música às pessoas durante isolamento social. **RPC Curitiba**. 01 de Maio de 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2020/05/01/policiais-militares-percorrem-ruas-de-curitiba-para-levar-musica-as-pessoas-durante-isolamento-social.ghtml>. Acesso em: 10 abril 2022.

RAICOSKI, Felipe; LEITÓLES, Fernanda. Após queixa de moradores, músicos são presos durante apresentação em Curitiba. **Gazeta do Povo**, 27 de Novembro de 2017. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/curitiba/apos-queixa-de-moradores-musicos-sao-presos-durante-apresentacao-em-curitiba-57qh4tn1nn3qrok19bom3sod7/>. Acesso em: 10 abril 2022.

SCHLINDWEIN, Bruna Luisa; BUGS, Eduarda Trevisan; SCHMITZ, Anelise. Importância da Caminhabilidade para a Sociedade Urbana Contemporânea. **XXVIII CRICTE**, 2017.

SILVEIRA, Thiago Carvalho dos Reis. **Avaliação de qualidade do transporte público de Curitiba sob a ótica do usuário, de operação e do órgão gestor**. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Engenharia Civil) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, 2017.

SOUZA, Nelson Rosário de. Planejamento urbano em Curitiba: saber técnico, classificação dos cidadãos e partilha da cidade. **Revista de sociologia e política**, 2001, 107-122.

TEIXEIRA, Inaian Pignatti; NAKAMURA, Priscila Missaki; KOKUBUN, Eduardo. Prática de caminhada no lazer e no deslocamento e associação com fatores socioeconômicos e ambiente percebido em adultos. **Revista Brasileira de Cineantropometria & Desempenho Humano**, 2014, 16: 345-358.

WAGNER, Roy. **A invenção da cultura**. Ubu Editora LTDA-ME, 2018.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

WILLIAMS, Raymond. **Palavras-chave: um vocabulário de cultura e sociedade**. São Paulo: Boitempo, 2007.

WILLIAMS, Raymond. **The long revolution**. Peterborough: Ont. Broadview Press, 2001.

*Submetido em: 09 de maio de 2022.
Aprovado em: 09 de outubro de 2022.*